

RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.731 - RJ (2018/0001294-3)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : OSWALDO WILSON FRANCA FERREIRA
ADVOGADO : ERILAINE RODRIGUES TROUQUIM E OUTRO(S) -
RJ165084

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 156):

PREVIDENCIÁRIO – REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL - TEMPO ESPECIAL – ELETRICIDADE – REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DO INSS DESPROVIDAS.

I - O conjunto probatório presente nos autos atesta que o autor trabalhou exposto ao agente de risco eletricidade em tensões superiores a 250 volts, de forma habitual e permanente, no período reconhecido como laborado em condições especiais na sentença de primeiro grau.

II - No que tange à eletricidade, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que é possível o reconhecimento da exposição ao agente perigoso eletricidade como atividade especial, após a vigência do Decreto nº 2.172/97.

III - Remessa necessária e apelação do INSS desprovidas.

Quanto aos honorários advocatícios, a decisão do juízo *a quo* consignou ainda o seguinte, *in verbis*:

Outrossim, condeno o INSS ao pagamento de honorários, de acordo com os parâmetros estabelecidos no artigo 85, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 13.105/2015, cuja definição do percentual deverá ocorrer de acordo com o parágrafo 4º, inciso II, do mesmo artigo dessa lei.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 475 e 515 do CPC/73 – vigente ao tempo da sentença –, bem como ao art. 1.013 do NCPC.

Sustenta, em síntese, que, em relação aos honorários advocatícios, a decisão aumentou o valor dos honorários fixados na sentença para, no mínimo, 10% do total da condenação, sem que tivesse havido recurso por parte do recorrido. Assim, afirma que, nos termos da Súmula n. 45 do STJ, não poderia ter ocorrido, no reexame necessário, a majoração do valor dos honorários de advogado e a consequente *reformatio in pejus* da decisão.

Sem a apresentação de contrarrazões, o recurso especial foi admitido na origem.

É o relatório. Decido.

Em relação à questão de fundo, qual seja, a fixação dos honorários advocatícios, no STJ, a respeito da incidência das novas disposições do CPC/15, vigora o seguinte enunciado administrativo, *in verbis*:

Enunciado administrativo n. 7

Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.

In casu, a apelação foi interposta ainda sob o manto do CPC/73 em desfavor de decisão proferida em 17/6/15, motivo pelo qual não incide as disposições do CPC/15, quanto aos honorários, sobre ela.

Nesse sentido, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos ao fundamento de que o acórdão embargado se omitiu acerca da majoração dos honorários recursais.

2. A fixação de honorários advocatícios recursais apenas é cabível nos recursos interpostos contra decisões publicadas a partir da entrada do CPC/15, na forma do enunciado administrativo nº 7/STJ.

3. Não se admite a fixação de honorários advocatícios recursais por ocasião de julgamento de agravo interno ou embargos de declaração, porque tais recursos não inauguram um novo grau de jurisdição.

Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp n. 1.658.167/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 14/8/2018, DJe 17/8/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS RECURSAIS. INCABIMENTO.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

2. "Uma vez interposto recurso especial pelo CPC/1973, não haverá condenação em honorários recursais, ainda que o consequente agravo em recurso especial já tenha observado o novo diploma processual" (AREsp 1.137.616/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/10/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.166.472/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 5/6/2018, DJe 13/6/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar que, no concernente à fixação dos honorários advocatícios, seja restabelecido o que fora determinado pela sentença de primeiro grau, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

